



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0291283-4

COMARCA: 04ª VARA CÍVEL DE OLINDA
RECORRENTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
RECORRIDO: TEREZA DO CARMELO PEDRO DOS REIS
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO TERMINATIVA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO EM MANIFESTO CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTES TRIBUNAL E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - EXEGESE DO ART. 557, CAPUT, DO C.P.C - ACERTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - COMPETÊNCIA - JUSTIÇA ESTADUAL - NOVO ENTENDIMENTO DO STJ FIXADO EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO - INAPLICABILIDADE AO CASO CONCRETO - PRELIMINARES REJEITADAS - CONFIRMAÇÃO - AGRAVO NÃO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0291283-4, em que figura como Recorrente SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e como Recorrido TEREZA DO CARMELO PEDRO DOS REIS, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam, por unanimidade de votos, "*em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator*", tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível

Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0291283-4
RECORRENTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
RECORRIDO: TEREZA DO CARMELO PEDRO DOS REIS
ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo manejado pela **Sul América Companhia Nacional de Seguros** contra decisão terminativa por mim proferida às fls. 167/171 nos autos do Agravo de Instrumento que, amparada no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil c/c art. 74, VIII do RITJPE, negou-lhe seguimento, por encontrar-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal e dos Tribunais Superiores.

As razões recursais de fls. 174/186 apresentam-se desacompanhadas de quaisquer documentos, tendo sido o Agravo interposto em oportunidade manifestamente tempestiva, face o cotejo entre as datas da publicação da decisão agravada e da interposição formal.

Alega a recorrente, em síntese, a incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito, ante a alteração do entendimento do STJ quanto as ações que tratam sobre o Sistema Financeiro de Habitação. No mais, renova a sua insurgência contra a rejeição das preliminares dispostas em sua peça de contestação, confirmadas pela decisão ora agravada, quais sejam, a prescrição da pretensão indenizatória fundada no art. 206, §1º, II, "b", do Código Civil, a não aplicação do Código de Defesa do Consumidor e a inépcia da inicial. Requer, portanto, em sede de juízo de retratação, a revogação da decisão guerreada, com o consequente provimento do Agravo de Instrumento e, em assim não ocorrendo, o envio da matéria à mesa para julgamento pela Câmara.

Contra-razões às fls. 196/202 pelo não provimento do recurso.

É o que importa relatar

Recife, 13 de março de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0291283-4
RECORRENTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
RECORRIDO: TEREZA DO CARMELO PEDRO DOS REIS
ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Cuidando-se de pedido de retratação por via do chamado agravo legal cabe simplesmente rever os fundamentos que nortearam a decisão combatida no Agravo de Instrumento. Entretanto, não apresentou o recorrente, nesta via recursal, qualquer elemento capaz de modificar o acerto da decisão recorrida.

Por se tratar de recurso (Agravo de Instrumento) que vai de encontro à jurisprudência dominante tanto dos Tribunais Superiores como deste Tribunal, a pretensão recursal teve seu provimento negado de plano, ao abrigo dos permissivos contidos nos artigos 557, *caput*, do Código de Processo Civil c/c o 74, VIII do RITJPE.

A matéria ora debatida – que se refere à competência para julgamento das ações de indenização securitária – é bastante conhecida neste e nos Tribunais Superiores, o que dispensa longa divagação sobre o assunto na medida em que já foi repetidamente debatido e pacificado, de modo que a decisão terminativa ora combatida coaduna-se perfeitamente com este entendimento, não havendo o que reformar ou alterar.

Essa questão tem sido enfrentada por este Tribunal em diversas oportunidades tanto que, frente aos inúmeros precedentes, foi editada a súmula de nº 094, cujo enunciado pronuncia: “*A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional*”.

A recorrente alega que o novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto, definido em sede de recurso repetitivo, seria de que nos casos em que discutida indenização envolvendo apólice pública (RAMO 66), a competência para o julgamento da demanda seria da Justiça Federal.

No entanto, é de se destacar que nos autos não se encontra cópia de qual apólice objeto do financiamento, se pública ou privada, regeu o contrato objeto da ação indenizatória. E mais, não é só o fato da apólice ser pública que, por si só, se deve remeter os autos a Justiça Federal. Conforme o acórdão trazido do Superior Tribunal de Justiça, o ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade.

[Assinatura manuscrita]



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

da Apólice - FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior. Tais condições não se apresentam nos presentes autos.

Com relação às preliminares, cheguei à conclusão de que a tese da prescrição ânua não encontra sucesso. Como cediço a sua fluência tem início a partir da data em que o segurado toma ciência do sinistro, sendo certo que, suspende-se a partir da data do pedido de indenização. Na hipótese não há como se aferir, com precisão, a ordem temporal dos fatos para fins contagem do prazo prescricional na medida em que o sinistro mostra-se atual e com natureza de continuidade. O lapso prescricional, em casos tais, renova-se a cada dia.

No mais, quanto à inépcia da inicial, observei que a inicial da ação de indenização securitária demonstra, claramente, o fato, os fundamentos e o pedido, não se concluindo, daí, por certo, que a pretensão autoral será necessariamente julgada procedente, mas inepta não se apresenta a peça arial.

De igual modo, cediço a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor nas ações securitárias.

Assim, sem mais necessidade de alongar o tema, invocando a fundamentação já lançada na terminativa recorrida, eis que nenhuma circunstancia nova acena como capaz de lhe alterar a essência, **VOTO MANTENDO AQUELA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM TODOS OS SEUS TERMOS, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.**

É COMO VOTO. — Recife, 19/03/2013.